



**GRUPO PARLAMENTAR**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES**

---

**REQUERIMENTO AO GOVERNO REGIONAL**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Considerando que a Empresa de Electricidade dos Açores, sociedade anónima com maioria de capitais públicos, pretende encerrar balcões comerciais em alguns concelhos;

Considerando que tal medida já atingiu os concelhos da Calheta de São Jorge e de São Roque do Pico;

Considerando que esta atitude obriga a EDA a pagar um número acrescido de comissões de cobrança e a pagar também a concessão dos chamados “centros de energia”;

Considerando que a empresa de capitais públicos que presta um serviço com acentuada natureza social, não se pode desligar do interesse directo das populações que serve;

Considerando que as questões ligadas à distribuição de energia, pela sua dimensão, pela sua importância, pelo envolvimento geral da população que provoca, não podem ser encaradas de ânimo leve, à distância e fingindo ignorar a vida das pessoas;

Requeiro ao Governo Regional, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, resposta para as questões seguintes:

1º- Considera o Governo Regional que esta chamada “remodelação da rede comercial” da EDA tem em conta o interesse desses concelhos, afastados de outros mais de 20Km?

2º - Qual a redução de custos que estes encerramentos e outros de que já se fala , introduz na actividade comercial da EDA?

3º - Qual o custo real que o estabelecimento de acordos com maior número de agentes de cobrança acarreta para a EDA?

4º - Qual o custo real que a criação dos chamados “centros de energia” assegurados por privados introduz no circuito comercial da EDA?

5º - Foi a tutela consultada pela EDA antes de ser iniciada uma remodelação que afecta, de forma importante, a presença e actividade dessa empresa em Concelhos da Região Autónoma dos Açores?

Em caso afirmativo que orientação foi estabelecida pela Secretaria Regional da Economia?

Em caso negativo como avalia o Governo essa omissão?

6º - Está o Governo disposto a rever, a bem das populações dos concelhos vitimados, esta medida?

Assembleia Legislativa Regional, 14 de Outubro de 2002

O Deputado Regional do PCP,

(José Decq Mota)